

“A CIDADE DO SOL”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA OBRA KHALEDIANA

“A THOUSAND SPLENDID SUNS”: SOCIAL REPRESENTATIONS OF GENDER ISSUES IN KHALED'S LITERATURE

MIL SOLES ESPLÉNDIDOS: REPRESENTACIONES SOCIALES DE LAS CUESTIONES DE GÉNERO EN LA LITERATURA KHALEDIANA

Beatriz Rodrigues Cunha de Oliveira¹
Mariana Bonat Trevisan²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral debater as questões de gênero e suas representações na obra *A Cidade do Sol*, de Khaled Hosseini, buscando compreender os diálogos entre literatura e história a partir do contexto afegão em que o enredo da obra se desenvolve, para evidenciar a interdisciplinaridade do romance histórico. A história do próprio Afeganistão serve como pano de fundo para a passagem de vida de três personagens de destaque: Nana, Mariam e Laila. Busca-se examinar, na obra selecionada, aspectos referentes ao imaginário sobre as relações de gênero na conjuntura do regime talibã, partindo do campo da Teoria das Representações Sociais (TRS) e sua abordagem psicossociológica. Ressalta ainda a relação do romance com suas condições de produção, o contexto do autor e as questões vividas pela sociedade da época. Para isto, utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, sobretudo as contribuições de Moscovici e Jodelet — acerca da Teoria Psicossociológica da Representação Social — e de Pesavento sobre o imaginário social. Por fim, a pesquisa evidencia a construção das representações femininas no discurso khalediano e como, do ponto de vista do autor (homem e afegão), teriam sido as experiências vividas pelas personagens mulheres no contexto, interpretando seus significados e sentidos e examinando o efeito de realidade produzido no discurso.

Palavras-chave: representação social; imaginário social; lutas de gênero; literatura afegã.

Abstract

This article aims to explore the representation of gender issues in Khaled Hosseini's novel *A Thousand Splendid Suns* and its intersection with the historical and cultural context of Afghanistan. The study investigates the dynamic relationship between literature and history by examining the experiences of three central characters, namely Nana, Mariam, and Laila. Using the framework of Social Representations Theory (SRT) and its psychosociological approach, the analysis focuses on the portrayal of gender relations during the Taliban regime. The article highlights the novel's engagement with its production conditions, the author's background, and the societal challenges of the time. The methodology employed is a bibliographic research, drawing on the works of Moscovici and Jodelet in the field of the Psychosociological Theory of Social Representations, and Pesavento's contributions to the study of social imaginary. The findings shed light on the construction of female representations in Khaled Hosseini's discourse, providing interpretations of the female characters' experiences within the Afghan context and examining the reality effect conveyed in the narrative.

Keywords: social representation; social imaginary; gender struggles; Afghan literature.

Resumen

El objetivo de este trabajo es debatir las cuestiones de género y sus representaciones en la obra *Mil Soles Espléndidos*, de Khaled Hosseini, buscando comprender los diálogos entre literatura e historia a partir del contexto

¹ Bacharela em Letras – Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia e Metodologia do Ensino de Literatura e Língua Portuguesa pela Faculdade Educamais - UNIMAIS. E-mail: biaooliveirar@outlook.com.br

² Doutora em História. Professora do Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: mariana.t@uninter.com

afgano em que se desenvolve a trama, para colocar em evidência a interdisciplinaridade da novela histórica. A própria história de Afeganistão serve de cenário para a história de vida de três personagens destacados: Nana, Mariam e Laila. Procura-se examinar, na obra selecionada, aspectos relacionados com o imaginário acerca das relações de gênero na coyuntura do regime talibã, através da Teoria das Representações Sociais (TRS) e sua abordagem psicossociológica. Sublinha também a relação da novela com suas condições de produção, o contexto do autor e a problemática vivida por aquela sociedade. Para isso, utiliza como metodologia a investigação bibliográfica, em especial os aportes de Moscovici e Jodelet — sobre a Teoria Psicossociológica das Representações Sociais — e de Pesavento sobre o imaginário social. Finalmente, o trabalho ressalta a construção das representações femininas no discurso khalediano e como, desde o ponto de vista do autor (homem e afgão), teriam sido as experiências vividas por os personagens femininos nesse contexto, interpretando seus significados e sentidos e também analisando o efeito de realidade produzido no discurso.

Palavras-chave: representação social; imaginário social; lutas de gênero; literatura afgã.

1 Introdução

As representações sociais das questões de gênero, as quais esta pesquisa objetiva investigar, estão presentes no imaginário constituído pelo autor Khaled Hosseini em sua obra *A Cidade do Sol* (2007), caracterizada como um romance histórico. Os conceitos de representação e imaginário social serão explorados durante toda a análise crítica e historiográfica do livro supramencionado. Nesta linha, faz-se necessário tecer, primeiramente, alguns comentários acerca do que é o romance histórico. Nesta senda, destaca-se o seguinte excerto:

Lukács situa o nascimento do romance histórico no início do século XIX, com Walter Scott, coincidindo com a queda de Napoleão. [...] Os heróis de Walter Scott não são as grandes figuras históricas. **Ao romance histórico não interessa repetir o relato dos grandes acontecimentos, mas resuscitar poeticamente os seres humanos que viveram essa experiência.** Ele deve fazer com que o leitor apreenda as razões sociais e humanas que fizeram com que os homens daquele tempo e daquele espaço pensassem, sentissem e agissem da forma como o fizeram. Trata-se de uma norma da figuração literária, aparentemente paradoxal, que se alcance esta apreensão focalizando os detalhes do cotidiano que parecem insignificantes (WEINHARDT, 1995, p. 51, grifo nosso).

Seguindo esta concepção, Khaled Hosseini relata em sua literatura grandes acontecimentos históricos, em especial os ocorridos no Afeganistão e, apesar de citar grandes personalidades da história, seu foco está em personagens comuns, que vivenciaram (ou poderiam facilmente ter vivenciado) os eventos narrados. Trata-se, pois, de uma referência a indivíduos anônimos cujas existências foram apagadas pelos anais da história, mas que experienciaram grandes acontecimentos da sociedade. Por narrar fatos, este estilo de romance possui uma relação ainda mais profunda com a mimesis³, isto é, com a imitação da realidade. Assim,

³ Neste caso, utiliza-se o conceito aristotélico de “mimesis”, conforme o defendido por Aristóteles em sua obra *Poética*; para o filósofo, o poeta é um imitador do real por excelência.

Lukács acentua que o romance histórico não é um gênero ou subgênero, funcionalmente distinto do romance. Sua especificidade, que é a de figurar a grandeza humana na história passada, deve resolver-se nas características gerais da forma romanesca, o que inclui também a possibilidade de apresentar as figuras históricas em momentos historicamente decisivos. A arte do romancista consiste em colocá-las na intriga de modo que essa situação decorra da lógica interna das ações (WEINHARDT, 1995, p. 51).

Em 1806, no artigo do *Mercure de France*, Bonald argumenta que “a literatura é expressão da sociedade”, como bem define Araújo Neto em seu artigo sobre a sociologia da literatura, de 2007. Seguindo esta linha de pensamento, entende-se que a obra literária constitui uma maneira de representação da realidade. Realidade, esta, vista de um ponto situado em um determinado espaço-tempo e que também reproduz um contexto histórico, cultural e social.

O conceito de representação, no século XX, era compreendido por Émile Durkheim — nas palavras de Grecco (2014, p. 42) —, como uma “categoria de pensamento através da qual determinada sociedade expressa sua realidade”. Em 1990, Roger Chartier, em *A história cultural – entre prática e representações*, pensa a representação como “variabilidade e pluralidade de compreensões (ou incompreensões) do mundo social e natural” (CHARTIER, 1990, p. 21 *apud* GRECCO, 2014, p. 42).

Assim, a concepção de representação recebeu destaque no campo da história cultural, tornando-se indispensável para os estudos da cultura, uma vez que é por meio dela que um grupo é capaz de impor sua identidade social. A representação, na realidade, nada mais é do que a “re-apresentação” (PESAVENTO, 2000, p. 34) de um fato social. Nesta senda, o presente artigo toma o contexto afegão narrado na obra *A Cidade do Sol* (2007), de Khaled Hosseini, como base para a análise das representações sociais trazidas pelo autor sobre determinadas questões de gênero presentes não só no Afeganistão, mas na sociedade de maneira geral.

Como sabiamente salienta Neto (2007), “Antônio Cândido, em seu ensaio ‘Crítica e Sociologia’ de Literatura e Sociedade, avança a possibilidade de o valor e o significado da obra serem relegados em benefício da explicação sociológica”. Assim, vale destacar que, de acordo com a Teoria da Recepção, a produção contempla distintas esferas de criação (sociedade, autor, obra, leitor). Neste sentido, conforme aduz Regina Zilberman em *Estética da recepção e história da literatura* (1989, p. 114), é o “leitor explícito, indivíduo histórico que acolhe positivamente ou negativamente uma criação artística, sendo, pois, responsável pela recepção (v.) propriamente dita dessa”. Deste modo, esclarece-se que, em consonância com a Teoria da Recepção, a análise sociológica de um texto não dispensa a inclusão de certos juízos de valor ao mapear e interpretar as representações de práticas sociais.

Ocorre que o próprio escritor, no momento de produção, leva em consideração o destinatário (leitor). Este, por sua vez, está socializado e inserido em contextos históricos concretos, de modo que, diante de um texto literário, traz consigo um “saber prévio” que inclui o repertório de obras já lidas, de valores e de ideias fundamentais para sua interpretação. Assim, o fenômeno literário se traduz, neste aspecto, em um processo de comunicação. Zilberman, nesta perspectiva, infere que o:

[...] fruto do relacionamento da obra e o leitor é o aspecto fundamental da teoria fundada na recepção. Compõe-se em três etapas, inter-relacionadas: a poiesis, pois o receptor participa da produção do texto; a aisthesis, quando este alarga o conhecimento que o destinatário tem do mundo; e a katharsis, durante a qual ocorre o processo de identificação (v.) que afeta as possibilidades existenciais do leitor (ZILBERMAN, 1989, p. 113).

Neste âmbito, deve-se levar em consideração que tanto o texto histórico como o literário “tem o poder de determinar, delimitar ou definir sentidos no presente, pois, ao reconstituir o passado, podem ajustá-lo às exigências de um grupo ou transformá-lo” (GRECCO, 2014, p. 44). Assim o faz, também, a crítica literária sociológica — ainda que busque examinar o texto em si mesmo, sem focar em seus condicionantes exteriores, há um indivíduo por trás da análise que representa uma cultura, um tempo e um espaço geográfico. Este imprime em suas produções suas marcas socioculturais, assim como o fizeram os autores das obras analisadas.

Nesta linha, cabe citar o pensamento de Le Goff, segundo o qual “a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem em comum com outros homens do seu tempo”, como bem relembra Grecco (2014, p. 44). Tal mentalidade é compreendida por Chartier como coletiva e regente das representações e juízos dos sujeitos sociais.

Ante o exposto, cabe ressaltar que não se pretende explicar aqui a obra *A Cidade do Sol* em todas as suas facetas, mas sim destacar um de seus aspectos, e sob um determinado ângulo, que considera as congruências existentes entre literatura e sociedade com enfoque nas relações de gênero.

Neste sentido, a presente pesquisa visa analisar as questões de gênero contidas na obra *A Cidade do Sol*, de 2007, caracterizada como um romance histórico, a partir da Teoria das Representações Sociais, sobretudo em sua vertente psicossociológica, defendida por Moscovici e Jodelet, sem deixar de lado também as contribuições das teorias de gênero. Deu-se enfoque, neste âmbito, aos debates contemporâneos das aproximações entre a nova história cultural e a literatura.

Observam-se, assim, as representações sociais das lutas de gênero na obra supramencionada, de autoria do afegão Khaled Hosseini, e como estas dialogam com o contexto de produção e as questões vividas pela sociedade da época. O estudo perpassa o imaginário social, o diálogo entre história e literatura, as representações sociais e as questões de gênero. Busca-se contribuir com os estudos de teorias de gênero, do imaginário e das representações sociais e trazer, para além de sínteses conceituais, identificações práticas destas questões, unindo variáveis e apresentando como característica elementar a interdisciplinaridade.

O livro *A Cidade do Sol* tem como cerne a história do próprio Afeganistão, que serve como pano de fundo para a passagem da vida de três personagens de destaque: Nana, Mariam e Laila. Todas enfrentam diferentes perspectivas da discriminação de gênero, acentuadas pelo regime talibã⁴, e demonstram diferentes atitudes de resistência. Figurando como romance histórico, é um ponto de intersecção muito rico entre o campo da literatura e história, uma vez que o autor mescla ficção com fatos históricos e verídicos, o que confere o efeito de “real” na trama.

Em suma, as representações das lutas de gênero na obra khalediana são construções elaboradas por um sujeito social, ativo, criativo e inscrito culturalmente, que se expressa por meio do discurso e dialoga, se não com a realidade factível, com a realidade simbólica e socialmente construída: não o que “foi”, mas o que “*poderia ter sido*”. Trata-se do ponto de vista do autor sobre como teriam sido as experiências vividas pelas personagens mulheres no contexto da obra. Nesta senda, as representações das personagens femininas são dotadas de realidade não porque estas existiram de fato no universo concreto, mas porque encarnam defeitos e virtudes reais dos humanos — e existem, de fato, para a voz narrativa.

Para tanto, esta análise será de natureza aplicada, pois visa gerar conhecimentos práticos para a resolução de um problema específico. Acrescenta-se que a pesquisa é de caráter descritivo e explicativo. Destarte, a metodologia é o meio utilizado para orientar o pensamento e a prática desenvolvida na apreensão da abordagem da realidade, onde se incluem, concomitantemente, a teoria da abordagem e os instrumentos de operacionalização.

Quanto à forma de abordagem, esta pesquisa se classifica como qualitativa, uma vez que analisa um fator que não se traduz em números e estatísticas, mas sim que permeia o aspecto da subjetividade. Por outro lado, em relação à técnica de obtenção de informações, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, já que utiliza como ferramenta o levantamento de materiais já publicados e disponíveis para pesquisa, como livros, teses, dissertações e artigos científicos.

⁴ Regime fundamentalista islâmico sunita. Também conhecido por Talebã ou Taliban.

2 Fundamentação teórica

As questões de gênero a serem analisadas estão inseridas em uma obra literária e, portanto, inscritas no campo das representações sociais. Nesta senda, é indispensável para o estudo a identificação do autor, suas condições de produção e, de maneira geral, o aspecto da representação social e do imaginário presentes na narrativa. Há que se pesar, ainda, que tais representações femininas construídas no discurso partem do ponto de vista de um homem.

Logo, o presente trabalho tem como arcabouço teórico contribuições de Moscovici e Jodelet, com suas considerações acerca da Teoria Psicossociológica da Representação Social (TPRS); Sandra Pesavento e sua concepção de imaginário social, como campo da TRS, e as aproximações entre as áreas de História e Letras a respeito das narrativas e da construção da realidade a partir de marcas e produções socioculturais (compreendidas enquanto documentos históricos).

Quanto à TPRS, esta trabalha a relação indivíduo-sociedade, a construção do conhecimento a partir de uma inscrição sociocultural e como a sociedade constrói esse conhecimento com seus indivíduos. O imaginário social, como expressão do pensamento, manifesta-se através de imagens ou discursos sobre o real. Ressalta-se que não são expressões literais da realidade, mas construções simbólicas sobre esta, dialogando não com a veracidade concreta dos fatos, mas sim com a verossimilhança.

Partindo-se de todos estes pontos como premissas, adentrar-se-á no campo de análise das questões de gênero do livro *A Cidade do Sol*, perpassando por temas como a opressão do regime talibã, a luta e resistência das personagens femininas.

2.1 Teoria das Representações Sociais e a questão do Imaginário

Conforme aduz Arruda (2002), o conceito de representação social (RS) atravessa diferentes áreas do conhecimento, encontrando raízes na sociologia, sobretudo com as representações coletivas Durkheim; na antropologia, vide a ideia do simbólico; na história das mentalidades, a partir das contribuições sobre memória; e na psicologia social, responsável pelo estudo da construção do conhecimento a partir de uma inscrição cultural e como a sociedade constrói esse conhecimento com seus indivíduos. É neste campo de estudo que, através de Moscovici e Jodelet, a representação social recebe respectivamente uma teorização e um aprofundamento. Assim, a Teoria Psicossociológica da Representação Social é consolidada.

Trabalhando com o pensamento social em seu dinamismo e diversidade, Moscovici (apud ARRUDA, 2002) assevera que a representação social se insere no universo consensual,

uma vez que se baseia no senso comum e variável, na vida cotidiana, no saber cultural e na subjetividade. Temos, portanto, a ideia de conhecimento como uma construção do sujeito — que é social, ativo, criativo e inscrito culturalmente.

Complementarmente, Jodelet (*apud* ARRUDA, 2002) entende as representações sociais como formas de conhecimento socialmente construído sobre um objeto prático, que contribuem para a formação de uma realidade comum a um grupo social. Trata-se, portanto, de um fenômeno social que é ao mesmo tempo individual e coletivo, uma vez que se fundamenta em experiências e vivências pessoais entendidas a partir de um contexto de produção e de uma conjuntura social.

Nesta linha, a representação social nada mais é que a expressão deste conhecimento através da comunicação que, no caso da obra literária, se dá por meio do discurso. Assim, as representações contidas no discurso khalediano em *A Cidade do Sol* exprimem vivências e marcas socioculturais do autor, dialogando também com uma conjuntura social e um contexto de produção.

Por sua vez, o imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos (PESAVENTO, 1995). Assim, como representação do real, o imaginário é elemento de atribuição de sentido ao mundo, dotado de uma função criadora construída simbolicamente em uma realidade coletiva.

A imaginação simbólica mostra então “uma coisa ou uma ideia através de outra” (PESAVENTO, 1995, p. 22). Nesta linha, o romancista afegão faz uso do imaginário e da memória na construção de suas representações. Destaco ainda que a interpretação de uma representação, como esta do presente estudo, dialoga com o imaginário de quem interpreta, uma vez que este se engaja na construção de sentido do texto através do extradiscurso. Assim, “o esforço da imaginação criadora para recriar uma ambiência, dotá-la de uma coerência e produzir significados está tanto na parte da produção [...] quando do leitor” (PESAVENTO, 2000, p. 40).

Hosseini apresenta como marca literária temas relacionados à história do Afeganistão. Ele nasceu na capital afegã, Cabul, apesar de ter ido morar na França ainda muito novo, um pouco depois do “golpe sem derramamento de sangue” ocorrido em 1973 e assim chamado por ele na ambientação do livro *A Cidade do Sol*, que marcou a transição da monarquia para a república de Daoud Khan. Posteriormente, em 1978, com uma violenta insurreição comunista — também narrada na obra — que pôs fim ao governo de Daoud Khan, Hosseini não pôde retornar ao país de origem. O autor naturalizou-se estadunidense e retornou ao Afeganistão somente em 2002.

Neste âmbito, a narrativa conta a história da nação e do povo afegão sob a perspectiva do autor, por meio de representações sociais. Os fatos narrados não foram experienciados na totalidade pelo romancista, portanto, trata-se de uma versão da realidade — obtida por meio de vivências, relatos, testemunhos, daquilo que viu e ouviu — e não de uma cópia. O fato de ele não ter vivido no Afeganistão, mas sim em países ocidentais com culturas muito diferentes, sobretudo em países democráticos, também impacta a sua construção da narrativa e o olhar para o feminino.

As marcas sociais orientam a construção do saber prático presente na obra, dialogando com o processo de objetivação de Moscovici, no qual o objeto é destrinchado, recomposto e naturalizado. Tendo em vista que é impossível abordar um tema em sua totalidade e complexidade, há que se fazer um recorte. Esse recorte advém de uma perspectiva/ângulo específico.

Em um primeiro momento, selecionam-se e descontextualizam-se as informações, depois costuram-se os fragmentos selecionados e então alcança-se um objeto palpável, recriado e revivido pelo autor.

Há três planos da RS postos por Jodelet, como transmite Arruda (2002): o primeiro trata das condições de produção e de circulação da obra, o segundo relacionado aos processos e estados das representações sociais e o terceiro referente ao estatuto epistemológico.

O primeiro plano abarca as marcas sociais do discurso, ou seja, trata de elementos como cultura, linguagem, inserção ideológica e econômica. A narrativa de *A Cidade do Sol* (2007) está inscrita na cultura afegã e suas condições de produção estão inseridas em uma conjuntura de defesa e valorização dos direitos humanos em esfera internacional.

Sobre este aspecto, cabe traçar um breve histórico acerca dos direitos internacionais da mulher. De acordo com Espínola (2000), em 1940 foi aprovada na Assembleia Geral da ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cuja pauta principal tratava dos direitos humanos fundamentais do homem, da dignidade e valor da pessoa humana e da igualdade entre o homem e a mulher. Contudo, a conferência não incorporou qualquer repúdio à violência contra as mulheres e, tampouco, estabelecia formas de concretização da mencionada igualdade.

Posteriormente, em 1975, foi realizada no México a I Conferência Mundial sobre a Mulher, que culminou na elaboração da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher em 1979. Configurava-se então como o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado especificamente à mulher, abarcando temas como trabalho, saúde, educação, direitos civis e políticos, estereótipos sexuais e prostituição. Na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 1985, em Nairóbi, foram incluídas discussões

acerca da violência de forma geral, conflitos armados, ajustes econômicos, poder de decisão, mecanismos para promover a situação da mulher e direitos humanos (ESPÍNOLA, 2000).

Foi apenas em 1993, na Conferência de Viena, que se incorporou pela primeira vez em seu texto a questão da violência de gênero, quando os governos reconheceram que os direitos das mulheres são “direitos humanos”. Prestou-se atenção às violações com especificidade de gênero. Em 1995, a Conferência de Beijing levantou o debate sobre a “situação das meninas”. Assim, observa-se um crescimento gradual e progressivo das questões relativas às mulheres e direitos humanos de forma globalizada, fato que incentivou discussões não só no âmbito político-governamental, mas também na sociedade civil, de modo que a obra de Hosseini foi publicada 12 anos após a última conferência mencionada.

Além disto, a ascensão do movimento feminista e o crescente empoderamento da mulher na sociedade também foram responsáveis por novos debates transformadores da realidade. A publicação da referida obra literária se deu, portanto, neste contexto de novos atores e movimentos sociais, sendo produto de um fenômeno coletivo.

A temática da igualdade e os enunciados libertários desenvolvidos pelas conferências, também bandeiras dos movimentos feministas, contudo, não impõem necessariamente tratamento igualitário, principalmente ao levarmos em consideração a dificuldade de incorporação fluida da diversidade, da negociação de conflitos e do respeito à diferença, sobretudo em uma sociedade civil internacional. Sobre isto, frisa-se que

[...] há uma impossibilidade material do princípio da igualdade. Por mínima que seja a diferença: física, sexual, social, cultural, fica sem efeito a possibilidade concreta sobre a qual o princípio da igualdade possa ser erigido. Nesta perspectiva a expressão: "todos são iguais perante a lei" significa apenas que não pode haver sujeito fora do discurso jurídico (ESPÍNOLA, 2000, n. p.).

Para além da abrangência coletiva, é necessário ressaltar que Khaled, naturalizado nos Estados Unidos, estava em constante contato com as ideias ocidentais a respeito das vivências políticas democráticas e das conquistas de direitos femininos, vivência importante para a construção das RS de gênero que traz no centro de sua narrativa. O fato de o autor ter vivido em contextos democráticos — e nos quais as lutas pelos direitos femininos a partir dos movimentos feministas obtiveram êxito — faz grande diferença para a produção do discurso do autor, mais que a sua própria ascendência afegã. Assim, ele apresenta uma visão particular, uma vez que, apesar de possuir raízes culturais afegãs, passara quase trinta anos fora do seu país de origem.

Faz-se necessário indicar, também, que a publicação da obra ocorreu poucos anos após o atentado de 2002 às torres gêmeas. Assim, para muitos, as narrativas khaledianas figuraram no Ocidente como um primeiro contato com a identidade do povo afegão e com a história do Afeganistão, fora dos noticiários sobre terrorismo.

O segundo plano dos processos e estados das RS, por sua vez, remete ao estudo dos fenômenos de ordem cognitiva, examinando as representações a partir do conteúdo e de seu respectivo suporte. Neste âmbito, o estudo da linguagem recebe ênfase, abarcando a “totalidade das expressões, imagens, ideias e valores presentes no discurso sobre o objeto”, como afirma Arruda (2002, p. 140), mencionando a Jodelet (2002).

Na obra analisada neste estudo, a linguagem reproduz elementos de veracidade que conferem verossimilhança e autenticidade à representação social, garantindo um efeito de realidade. Como garantia do “real”, Khaled Hosseini faz uso frequente de vocábulos e saudações em farsi, um dos idiomas falados no Afeganistão, o que aproxima o leitor da realidade representada e traz veracidade linguística. Ainda, o discurso contém fidedignos registros etnográficos da região, além de referências culturais e históricas. Assim, como romance histórico, apresenta fatos e personagens que existiram na realidade como prova documental, de modo que apenas o cerne da narrativa é criado pelo autor. Deste modo, os limites entre o ficcional, o subjetivo e o histórico/objetivo são tênues na narrativa.

Por fim, o estatuto epistemológico da RS marca a sua função simbólica, operando nos estilos individuais de conhecimento. O produtor então imprime significações e saberes e constrói sentidos junto ao leitor. Assim, Hosseini resgata emoções e formas de sentir no contexto de suas impressões, ao passo que os traços psicológicos das personagens se ligam ao aspecto imagético do autor.

2.2 Teorias de gênero e as representações femininas na obra

Neste tópico pretende-se discorrer acerca da realidade (simbólica) enfrentada por cada personagem. Logo nas primeiras páginas do livro, Hosseini dedica *A Cidade do Sol* a todas as mulheres do Afeganistão. Inseridas em uma conjuntura de sociedade patriarcal acentuada pelo fundamentalismo islâmico, Nana, Mariam e Laila figuram como três representações femininas diversas que enfrentam a discriminação de gênero, todas incutidas no imaginário do autor, que emite diferentes ângulos do retrato da mulher na sociedade afegã.

Faz-se necessário, antes de adentrar na análise das representações das questões de gênero na obra, tecer algumas considerações acerca das teorias de gênero propriamente ditas e

explorar alguns conceitos, como gênero e patriarcado, além de situar essas temáticas no contexto do mundo islâmico. Neste sentido, destacam-se diferentes perspectivas das teorias de gênero, a saber, as biológicas, antropológicas, feministas, modernas e pós-modernas.

Em síntese, o termo “patriarcado” se refere a um sistema de relações de poder entre gêneros, no qual há um regime de dominação/exploração do gênero masculino perpetuado sobre o feminino. Assim, observa-se a subordinação, opressão e sujeição da mulher para com o homem, gerando estruturas hierarquizadas de poder. Nas palavras de Scott,

O patriarcado configura, portanto, um tipo hierárquico de relação que representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência. O processo de demarcação do espaço do domínio é também simbólico. Assim, segundo Apfelbaum, ‘a posição estrutural distinta entre homens e mulheres consolida uma dominação que determina o modo como homens e mulheres se representam, constroem e administram as relações que mantêm entre si e entre o espaço social’ (SCOTT, 2009, p. 76 *apud* LAURINDO; QUEIROZ, 2014, p. 3).

A própria concepção de gênero está fomentada no imaginário social, uma vez que corresponde às imagens construídas socialmente do que é masculino e do que é feminino. Portanto, assim como os gêneros, as desigualdades produzidas entre eles são construções sociais, não naturais, “impostas por uma tradição cultural, fundamentada na estrutura de poder” (LAURINDO; QUEIROZ, 2014, p. 4).

As perspectivas biológicas, fundadas em um rígido binarismo e relacionadas ao darwinismo social buscam explicar as relações de gênero a partir de características biológicas/evolutivas. Essa concepção explica que “dos sexos biológicos (macho/fêmea) decorreriam os gêneros (masculino/feminino) e seus papéis, numa relação de complementaridade sustentada pela necessidade de perpetuação da espécie humana”, como afirma De Tilio (2014, p. 129). Assim, além de se restringir a um modelo cisgênero, utilizam-se diferenças sexuais biológicas para fomentar a justificativa da sujeição da mulher pelo homem. Por isso, tais perspectivas são ultrapassadas para a nossa sociedade.

Em relação aos estudos antropológicos sobre o tema, sobressaem dois grandes autores: Françoise Héritier e Pierre Bourdieu. Segundo De Tilio (2014),

Estes autores destacam que inúmeros estudos antropológicos apontam que as mulheres, em variadas culturas, foram e ainda são efetivamente oprimidas pelos homens, o que revelaria uma constante cultural explicada pela materialidade do corpo que justificaria a dominação masculina e a opressão feminina (DE TILIO, 2014, p. 132).

Nesta vertente, o autor conclui que, para a antropologia estrutural, apesar de existir uma diferença real e universalmente constatada entre corpos masculinos e femininos (similar ao essencialismo biológico), suas representações podem variar na história e nas sociedades.

As teorias modernas sobre gênero, por sua vez, têm como principal precursor Scott. Para ele, nas palavras de De Tilio (2014, p. 133), gênero seria o “conjunto dos sentidos dinâmicos (não biologicamente determinados) construídos nas relações de poder que sustentam as relações entre homens e mulheres”. Assim, observa-se que Scott enfatiza os aspectos culturais do gênero, conforme demonstra o seguinte trecho de De Tilio:

Para Scott (1988), a história e os agrupamentos humanos, por meio da cultura e da socialização, organizam de múltiplas maneiras as relações sociais e, assim, o gênero não seria a diferença sexual, mas sim as representações e as relações (de poder) produzidas a partir da constatável diferença sexual e, portanto, passíveis de alteração (DE TILIO, 2014, p. 134).

Apesar disto, Scott define apenas dois sexos e dois gêneros, recaindo no binarismo do masculino/feminino (assim como no determinismo biológico), o que é rejeitado pelas teorias pós-modernas ou *queer theories*. Neste ponto, o pensador Miskolci (2009), na interpretação de De Tilio (2014, p. 141), apresenta como a principal importância das *queer theories* “compreender novas formas de relações de poder e também subverter os discursos totalizantes, hegemônicos e autoritários que articulam sexo, sexualidade, etnia e classe, muitas vezes, de maneiras excludentes”.

Judith Butler, neste ponto, refuta Scott ao defender, nas palavras de De Tilio (2014, p. 135), “não que o gênero é um efeito do sexo (da diferença sexual), mas sim que o sexo (a ideia da diferença sexual) é na realidade um efeito das relações de poder e dos discursos sobre gênero e sexualidade”.

Diante do exposto, constata-se que as relações de poder entre os gêneros — entendidos aqui como construções sociais — são diretamente influenciadas por fatores contextuais como cultura, etnia, raça e religião. Assim, a desigualdade ocorre a partir de papéis e representações pré-definidas na sociedade. No contexto afegão, o tradicionalismo e fundamentalismo religioso fomentam ainda mais o sistema de opressão à mulher, buscando manter a funcionalidade das representações pré-estabelecidas para cada gênero, isto é, a perpetuação de papéis sociais definidos em uma relação desigual e hierarquizada de poder. Desta maneira, temos que

O caráter simbólico do poder-dominância está presente no imaginário feminino, sendo comum a constatação dos ciclos de saída e entrada na relação violenta. [...] A solidariedade existente entre os homens os capacitam [sic] a estabelecer e manter o controle sobre as mulheres. Na disputa pelo poder, os homens externalizam a

agressividade a fim de manter o controle sobre a mulher, induzindo ao medo. [...] A mulher é induzida a desenvolver uma necessidade da presença masculina e essa compulsão pela necessidade do macho é a base da estrutura de poder/dominação do homem pela mulher. São socializadas para conviverem com a impotência. Os homens, símbolo da virilidade vinculada à força, são preparados para o exercício do poder (LAURINDO; QUEIROZ, 2014, p. 4).

Em atenção ao contexto afegão e à conjuntura do mundo islâmico, para não incorrer em estereótipos, cabe salientar que:

O Islã além de ser uma religião é sobretudo um fenômeno histórico, cultural e social complexo e abrangente. Neste sentido não existe somente um Islã: há muitos "Islãs" no mundo, cada um vivendo segundo suas próprias convicções, embora todos tenham o Alcorão e certas práticas religiosas como denominador comum (ESPÍNOLA, 2000, n. p.).

Portanto, não se deve atribuir à religião considerações negativas e estereotipadas sobre o tratamento das mulheres. Isto essencialmente porque, conforme salienta El Hajjami (2008, p. 111), “a liberação do ser humano — seja ele homem ou mulher — por um lado, de todo tipo de escravidão ou subjugação e, por outro, a reconstrução de relações sociais sobre bases igualitárias” configura-se como base do projeto social inaugurado pela mensagem corânica.

De acordo com Espínola (2000), conforme a leitura mais seguida pelas escolas de pensamento islâmicos, os principais direitos assegurados pelo Islã à mulher são o direito à individualidade, à educação e instrução, à liberdade de expressão, à herança e à sexualidade. Assim, faz-se necessário reconhecer que o fundamentalismo religioso não é nada senão atitudes patriarcais e tradições culturais que desvirtuam o propósito da religião e figuram como interesse de uma elite⁵ masculina. Neste sentido, temos que o grupo fundamentalista do Afeganistão, o talibã, por exemplo, não apresenta histórico de governança consoante ao direito feminino à educação. Tal grupo representa uma corrente extremista e opressora que difere do verdadeiro islamismo.

Além disto, apesar de termos em mente que países muçulmanos legitimam em suas leis a violência contra a mulher em resposta aos crimes contra a honra, por exemplo, vemos que:

[...] o mundo ocidental com todos os seus pressupostos, de igualdade, liberdade e democracia também não resolveu seus problemas de pobreza e mazelas sociais. **A violência, corrupção, tráfico e a violência e opressão femininas não são privilégios das mulheres dos países pobres ou das mulheres muçulmanas, tão evidenciadas pela mídia: a violação dos direitos humanos está em todos os lugares.** Pode ser “justificada” pelos governantes como fazendo parte do seu código de leis, por exemplo em países como Afeganistão e Arábia Saudita que seguem o islamismo fundamentalista. Mas também a violência pode ser não justificada, proibida por princípios, leis, códigos. Isto não significa que ela não ocorra, ou ainda que não ocorra

⁵ Elite, neste caso, não se refere necessariamente a um aspecto econômico, mas de poder.

em maior número, como no caso do Brasil e dos Estados Unidos (ESPÍNOLA, 2000, n. p. grifo nosso).

Feitas as devidas considerações, adentra-se na temática da discriminação de gênero na obra analisada. Como afirma Istikomah (2015), essa se dá por diferentes meios: através da violência (psicológica, física, verbal, sexual), da subordinação (submissão, relações de poder homem-mulher, casamento forçado, preferência por filhos homens), dos estereótipos (responsabilidade da mulher em cuidar da casa, concepção do dever feminino de servir e obedecer) e da marginalização (mulheres sem acesso à educação ou mesmo à saúde). Posto isto, cabe aqui citar as teorias feministas, que possuem como objeto a construção da igualdade de gênero, questionando o “modelo opressor construído historicamente e que, ainda hoje, fomenta diversas formas de violência contra a mulher” (LAURINDO; QUEIROZ; 2014, p. 2).

2.3 Nana

A personagem Nana trabalha em Herat como empregada de uma família rica. Ela engravida de seu patrão, Jalil, que é casado com três esposas. Na sociedade patriarcal, dá-se exclusiva importância à honra do homem. Assim, para não “manchar” a honra de Jalil, Nana é enviada para morar em um local afastado. Ela passa a ser malvista por toda a sociedade, diferente de Jalil que, apesar da infidelidade, segue normalmente com sua vida. Longe de Herat, ela passa pelo parto sozinha e dá à luz a Mariam.

Nana é o retrato da marginalização sofrida pela mulher na sociedade patriarcal afegã, da relação desproporcional de poder entre o gênero masculino e feminino, da vulnerabilidade da mulher. Trata-se de um cenário que poderia perfeitamente se dar no mundo ocidental. Contudo, ela não demonstra resistência contra o patriarcado. Sua reação, oriunda do machismo estrutural que lhe foi ensinado a vida toda, é a de descontar a infelicidade do que lhe ocorreu na filha. Assim, ela própria contribui para a opressão de outra mulher — sua filha “*harami*”, ou seja, bastarda e ilegítima. No entanto, quando Jalil ia visitar a filha, semanalmente, Nana sempre demonstrava bons modos, importando-se em ser vista com boa aparência por ele. Tal fato evidencia a representação de vulnerabilidade da mulher na frente de seu opressor.

Incapaz de enfrentar Jalil, ela relata para Mariam todas as indignações e queixas que tem contra ele, chegando a praticar a alienação parental, e também reverte seu trauma em pensamentos e atitudes autodestrutivas, chegando a cometer suicídio. A própria Mariam, contudo, nunca acreditou nas palavras da mãe, dando mais credibilidade às versões contadas pelo pai — outro desdobramento do machismo estrutural.

2.4 Mariam

Mariam desde o princípio é tida como uma vergonha para a sociedade, renegada por ser uma filha ilegítima e, assim como a mãe, nunca pôde estudar. A privação da educação é um importante símbolo presente no imaginário da obra, uma vez que funciona como instrumento de perpetuamento da posição de inferioridade feminina na sociedade e fortalecimento do estereótipo de gênero da mulher ignorante.

Após o suicídio de Nana e impossibilitada de morar com Jalil, ela é forçada a casar com quinze anos. Seu marido Rashid, bem mais velho, exige que ela passe a usar burca. Nesta ocasião, o uso da vestimenta ainda não era obrigatório no Afeganistão, que passou a sê-lo após a tomada de poder pelo regime talibã, em 1996. Assim, a burca é uma representação simbólica da opressão da mulher, uma vez que Mariam se sente desconfortável ao usá-la, tendo dificuldades para andar e enxergar conforme a narrativa de Khaled Hosseini.

Esta personagem é a representação da subserviência e opressão da mulher. Por sua infertilidade, o marido é cada vez mais ríspido com ela. Tal atitude é um desdobramento do estigma da utilidade da mulher baseada na capacidade de gerar filhos e cuidar da casa. Ela enfrenta violência sexual, abuso psicológico, agressões físicas e verbais dentro do casamento.

Devido à insatisfação de Rashid, ele decide ter uma segunda esposa, bem mais nova, a quem Mariam é obrigada a servir. Neste caso a poligamia acentua a discriminação de gênero, uma vez que é tida como uma penitência pela esterilidade da personagem e o tratamento entre as duas é desigual⁶.

2.5 Laila

A segunda esposa de Rashid, Laila, vem de uma criação totalmente diversa da vivência de Mariam. Filha de professor, sempre foi incentivada a estudar e acaba se casando após se tornar órfã. A personagem sofre a mesma violência que Mariam após ter uma filha, Aziza, que também é maltratada por Rashid. Zalmi, seu segundo filho, é tratado de forma totalmente diferente por ser menino. Por conta da educação, Laila tem consciência da opressão que sofre e conscientiza Mariam sobre ela.

Tal personagem é a representação da resistência e, enquanto RS, denuncia a marginalização da mulher do sistema de saúde. Assim como Nana, ela também enfrenta um parto violento, pois o único hospital disponível para mulheres carecia de medicamentos e

⁶ Cabe esclarecer que, conforme aduz El Hajjami (2008, p. 114), “a poligamia no Islã é uma prática tolerada sob determinadas condições, e não imposta ou recomendada”.

anestésias. Mariam e Laila se unem na luta contra a opressão e, em ato de resistência e sororidade, tentam escapar de Rashid, mas a tentativa é frustrada. Visando defender Laila, que estava sendo enforcada por Rashid, Mariam acaba matando o marido.

O desfecho da narrativa se dá com a fuga de Laila para o Paquistão, onde se casa com Tariq, seu amor de infância. Mariam, por outro lado, é julgada e condenada à morte por seu crime, sendo apedrejada em público até falecer, representando a história de tantas afegãs que são mortas por reagir à opressão do patriarcado.

3 Considerações finais

A presente análise sociocrítica buscou relacionar e unir diferentes variáveis, trabalhando as questões de gênero a partir da teoria das representações sociais, sobretudo em sua vertente psicossociológica, no mundo literário. É possível constatar na obra o uso da violência de gênero como um instrumento de dominação e opressão que pretende manter as relações diferenciais de poder de uma sociedade, fato que se observa no mundo real. As três personagens analisadas se assemelham na opressão, visto que todas sofrem violência de gênero e são constantemente subestimadas e vulnerabilizadas na sociedade.

Nana difere das demais pelo fato de não reagir diretamente à opressão, conduzindo à naturalização da dominação masculina e à banalização da violência. Por isso, não se pode falar em luta de gênero no caso da referida personagem. Mariam, em um primeiro momento, também se coloca constantemente em um local de mais passividade, aceitando as represálias, humilhações e agressividade vindas de seu marido, sem se impor contra o sofrimento vivenciado. Contudo, após estabelecer uma relação de proximidade com Laila, ela passa a despertar para essas questões, mudando de postura e reagindo à opressão. Cabe salientar que a passividade reproduzida por estas duas personagens não pressupõem consentimento, mas sim vulnerabilidade e medo. Laila, por outro lado, difere por ter tido uma criação com acesso à escola e à informação. Assim, desde o início ela se porta com mais reatividade, já que possui consciência da injusta desigualdade de gênero. Por isso também, recai sobre ela o estereótipo de atrevida, ousada e petulante.

O autor da obra, Khaled Hosseini, relatou em entrevista à revista *Época* (VENTICINQUE, 2013), que se sentiu um turista no próprio país quando retornou ao Afeganistão. Por vezes, chegou a se sentir culpado por ter sobrevivido enquanto seus conterrâneos enfrentavam a dureza e opressão do regime talibã. Neste sentido, tais reflexões e apontamentos na esfera individual do autor são imprescindíveis para a construção de sentido,

significados e intenções presentes na narrativa. Assim, suas temáticas visam conscientizar sobre a questão dos refugiados afegãos, que fogem da guerra, fome e opressão, como ele mesmo atesta no posfácio do livro. As principais obras do escritor — *O caçador de pipas* (2003), *A cidade do sol* (2007) e *O silêncio das montanhas* (2013) — apesar de possuírem diferentes personagens, circundam a mesma temática de guerra e opressão em seu país de origem.

A realidade é que o Afeganistão já enfrentou diferentes contextos, conforme constata Huma Ahmed-Ghosh em seu artigo *A history of women in Afghanistan. Lessons learnt for the future or yesterdays and tomorrow: women in Afghanistan*. Neste âmbito, entre os anos vinte e trinta, ainda na época do reinado, o rei Amanullah Khan fora precursor de uma importante tentativa de levar o islamismo à modernidade, gerando uma grande visibilidade aos direitos das mulheres. Neste contexto, além de proibir casamentos forçados, restringir aspectos da poligamia e aumentar a idade mínima de casamento para as mulheres, elas eram tão livres quanto os homens, podiam frequentar escolas e o uso da burca não era obrigatório. Após ser obrigado a deixar o poder em 1929, o então rei Nadir Shah conteve algumas reformas progressistas feitas por seu antecessor, buscando não desagradar tradicionalistas e conservadores, sobretudo os líderes religiosos conhecidos como mulás, e visando uma abordagem mais gradual para a modernização do país. Ele foi assassinado em 1933, dando início ao longo reinado de Zahir Shah, favorável à educação feminina. Seu governo durou até 1973, quando Daoud Khan tomou o poder de forma pacífica e instaurou o regime republicano. Pouco tempo depois, contudo, foi assassinado e o Partido Popular Democrático do Afeganistão (PDPA), aliado à URSS, chegou ao poder.

A ocupação soviética no país continuou com o avanço nos direitos das mulheres, mas apesar dos avanços na educação e na representatividade feminina no parlamento, marcou um período conturbado no Afeganistão, fomentando uma guerra civil no país que foi crucial para a implantação do regime talibã.

Após a instauração do regime fundamentalista talibã nos anos 90, mulheres passaram a sofrer diversos tipos de opressão, como privação do ensino, obrigatoriedade do uso da burca e até mesmo impedimento de andar desacompanhada de uma figura masculina. As tropas americanas derrubaram o talibã em 2001, mas o regime voltou ao poder em 2021, quando a ocupação americana cessou no país. Durante os vinte anos de ocupação americana, a população feminina recuperou direitos importantíssimos. Contudo, houve uma regressão considerável com a volta do talibã, de modo que foram estabelecidas restrições femininas na educação, trabalho, esporte e vestimentas novamente. Espínola (2000, n. p.) indica que é preciso “adotar uma postura prudente e sensível, que a situe no contexto mais amplo da violência e da discriminação

da mulher nas diversas culturas, e que respeite a primazia do papel dos agentes de base na sua erradicação”.

Atualmente, mulheres afegãs continuam a protestar por mais direitos. Entretanto, são duramente reprimidas. Em setembro de 2021, uma manifestação que reuniu dezenas de mulheres exigindo o direito ao trabalho, foi dissolvida pelo talibã com gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta para controlar protestos na capital e em Herat (COMO ESTÃO OS DIREITOS..., 2022).

Por fim, deixo o exemplo da jovem afegã Malala, ativista e defensora do direito à educação feminina que, assim como Mariam e Laila, lutou contra o patriarcado ao enfrentar a opressão. Segundo Khaled, “a história de Malala é um símbolo poderoso para quem acredita na democracia. É uma voz para jovens mulheres que querem ter um papel ativo, aprender e contribuir para a sociedade. Certamente, incentivará outras garotas a seguir o mesmo caminho” (VENTICINQUE, 2013).

Importante frisar que, ainda hoje, mesmo no mundo ocidental, mesmo que a forma de opressão seja diferente do contexto afegão, a desigualdade de gênero é muito presente na sociedade. Como exemplo, há um número reduzido de mulheres ocupando cargos profissionais de destaque em comparação aos homens e há também bastante disparidade salarial entre eles, sem falar nos tantos casos de feminicídio. Neste aspecto Espínola (2000, n. p.) afirma que:

Diz uma fiel: “o que devemos compreender é que existe uma imensa diferença entre a crença propriamente dita, conforme revelada no Alcorão e a prática de algumas sociedades supostamente islâmicas. Tais práticas, atendem muito mais a aspectos culturais específicos, a interesses particulares, e não representam necessariamente o Islã e nem podem servir de base para se denegrir o verdadeiro sentido do Islã”. Ou seja, da mesma forma que discutimos aqui no Brasil a questão da violência doméstica, as mulheres como vítimas e como cúmplices é preciso ver no mundo islâmico as interações, acordos, honras que se complementam, sutilezas da convivência do casal, das famílias e da comunidade, ligadas a uma concepção mais ampla da sociedade islâmica e seu relacionamento no mundo globalizado.

Enquanto construções sociais, estas relações são passíveis de mutabilidade histórica e contextual. Contudo, nos agrupamentos sociais nos quais determinada concepção é dominante, mudanças são mais difíceis. No caso do Afeganistão, a cristalização dessas representações dificulta a mudança de paradigma e o questionamento ativo de tal cristalização muitas vezes tem como resposta social a própria violência de gênero, como a realizada por Rashid contra Mariam e Laila e pela polícia religiosa contra Malala, evidenciando o sistema estrutural da desigualdade aqui discutida.

Referências

AHMED-GHOSH, Huma. A history of women in Afghanistan: lessons learnt for the future or yesterdays and tomorrow: women in Afghanistan. **Journal of international Women's Studies**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 1-14, 2003. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol4/iss3/1/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ARAÚJO NETO, Miguel Leocádio. A sociologia da literatura: origens e questionamentos. **Revista Entrelaces**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 15-20, ago. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23193>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/T4NRbmqpmw7ky3sWhc7NYVb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COMO ESTÃO OS DIREITOS das mulheres no Afeganistão um ano após volta do Talebã. **BBC Brasil**, [s. l.], 15 agosto 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62548259>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DE TILIO, Rafael. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Revista Gênero**, Niterói - RJ, v. 14, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31193>. Acesso em: 13 jan. 2023.

EL HAJJAMI, Aïcha. A condição das mulheres no Islã: a questão da igualdade. **Cadernos Pagu**, Campinas - SP, v. 30, p. 107-120, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ppq7CnY8PTJjnRDP3wLdb6k/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ESPÍNOLA, Cláudia Voigt. A mulher no Islã: direitos humanos, violência e gênero. *In: JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS EN LATINOAMÉRICA*, 10., 2000, Buenos Aires. Disponível em: <https://www.equiponaya.com.ar/congresos/contenido/XJornadas/pdf/7/7-Espinola.PDF>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande - RS, v. 6, n. 11, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10546>. Acesso em: 10 jan. 2023.

HOSSEINI, Khaled. **A cidade do sol**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

ISTIKOMAH, Nurul. Women's attitudes towards gender discrimination in Khaled Hosseini's *A Thousand Splendid Suns*. **Sastra Inggris-Quill**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 11-19, 2015. Disponível em: <https://journal.student.uny.ac.id/index.php/quill/article/view/2787/2356>. Acesso em: 14 dez. 2022.

JODELET, Denise. Pensamiento social e historicidad. **Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad**, Zamora - MX, v. 24, n. 93, p. 99-113, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/137/13709305.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LAURINDO, Ana Cleo da Cunha; QUEIROZ, Marisse Costa de. A violência doméstica nos tribunais: análise das questões de gênero presentes nas sentenças judiciais. *In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA*, 3., 2014, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Ana%20Cl%C3%A9o%20da%20Cunha%20Laurindo;%20Marisse%20Costa%20de%20Queiroz.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

MÍMESIS. *In: Dicio, E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/mimesis-mimese>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, p. 33-57, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, 28 jan. 2006. Debates. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VENTICINQUE, Danilo. Não gosto de ler “O caçador de pipas”. Entrevistado: Khaled Hosseini. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 15 nov. 2013. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/ideias/noticia/2013/11/bkhaled-hosseini-nao-gosto-de-ler-o-caçador-de-pipas.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. **Revista Letras**, Curitiba, v. 43, 1995. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19095>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.